

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2024 – PMP
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024 – PMP

1 - PREÂMBULO

1.1 - Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE PINHALZINHO** pessoa jurídica de direito público interno, situada Av. São Paulo, nº 1615, Centro, nesta Cidade, por meio da Secretaria de Administração e Planejamento, **Sr. Neuro Francisco Ozelame**, realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, **CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e do Decreto Municipal nº 233, de 6 de outubro de 2023, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Documentos do processo disponível em:

<https://pinhalzinho.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-licitacoes/detalhar/1>
<https://pinhalzinho.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>

1.2 - A sessão pública será realizada no site www.bll.org.br, no dia **16 de fevereiro de 2024**, com início às **09:00h**, horário de Brasília - DF.

1.3 - Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site www.bll.org.br. Até as **08:30hs** do dia **16 de fevereiro de 2024**.

1.4 - ***Critério de Julgamento: menor preço por item***

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFRAESTRUTURA PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE FIBRA OPTICA QUE COMPÕE O PROJETO INFOVIA PINHALENSE, DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO “A” DESTE EDITAL.**

2.2 – O presente edital visa atender a Secretaria de Administração e Planejamento.

2.3 - A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse. As quantidades constantes do **Anexo “A” são estimativas de consumo**, não se obrigando a Administração à aquisição total dos itens.

2.4 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento municipal para o exercício de 2024.

Dotações: 282, 273, 111, 416

Sub-elementos: 3017 - Material de processamento de dados.

3 - REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar através do site www.bll.org.br. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível obtidos através do site www.bll.org.br.

3.1.1 - O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões. Eventuais dúvidas para obtenção da senha, deverão ser solicitadas pelos telefones **41 - 3097 - 4601** ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

3.2 - As pessoas jurídicas ou empresários individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no www.bll.org.br.

3.3 - Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) do interessado proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.4 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Pinhalzinho a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.6 - Todos os representantes deverão identificar o tipo do segmento de atividade que representam.

3.7 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa neste Pregão, sob pena de exclusão sumária de ambos os licitantes representados.

4 - DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS INTERESSADOS:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

4.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio. A experiência prática demonstra que as licitações que permitem participação de consórcios são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, não sendo o caso do presente processo.

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição, conforme Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário;

4.2.8. Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.3.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.3.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.3.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.8. Que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.5. DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.5.1. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

4.5.2. A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

a) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de **30 (trinta) dias** da data marcada para a abertura da presente Licitação.

b) Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

4.5.3. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação referente a regularidade fiscal do **item 9.12**, mesmo que esta apresente alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal.

4.5.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.5.5. A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no inciso IV, do artigo 155 da Lei nº 14.133, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) do item;

c) fabricante;

d) descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 - Nos valores propostos devem estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 - O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

6.5.1 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.5.2 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento na execução do contrato.

6.5.3 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo site, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

7.2 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos proponentes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.2.1 - Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.2.2 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.2.3 - Não serão admitidos lances que contiverem qualquer elemento que possibilite a identificação do proponente.

7.2.4 - Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lance.

7.2.4.1 - Fica a critério do pregoeiro a fixação de intervalos mínimos de valores.

7.2.4.2 - Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

7.2.4.3 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.2.4.4 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.2.4.5 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.2.4.6 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.2.4.7 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.2.4.8 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.2.4.9 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.2.4.10 - O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.2.4.11 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.2.4.12 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.2.4.13 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.2.4.14 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.2.4.15 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.2.4.16 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.2.4.17 - Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.2.4.18 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.2.4.19 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133 de 2021:

- Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.2.4.20 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- Empresas brasileiras;
- Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.2.4.21 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.2.4.22 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.2.4.23 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.2.4.24 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.2.4.25 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

7.2.4.26 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.2.4.27 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.2.4.28 - quando aplicada a margem de preferência a que se refere o Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011, não se aplicará o desempate previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.

8 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 - O não recebimento dos documentos solicitados pelo Pregoeiro no prazo estabelecido, conforme o **subitem 8.4**, será considerado como desistência do lance ofertado, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes no **item 21** do Edital.

8.3 - Se a proposta não atender às especificações técnicas, e às condições mínimas de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.

8.4 - O representante legal do proponente que subscrever os documentos apresentados deve estar devidamente identificado no processo, apresentando documento de identidade.

8.5 - Serão desclassificadas as propostas:

- a) Que não atenderem às especificações do objeto desta licitação;
- b) Que forem omissas ou se apresentarem incompletas, impedindo sua identificação com o item licitado;
- c) Que conflitem com a legislação em vigor;
- d) Que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos no item proposta de preços deste Edital;
- e) Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- f) Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- g) Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- h) Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- i) O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- j) É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo
- k) Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6 - Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

8.7 - Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

8.8 - Se o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular, estará sujeito às penalidades previstas no **item 21** deste Edital. Neste caso, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, e a habilitação dos proponentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente convocado para negociar redução do preço ofertado.

8.9 - Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os proponentes liberados dos compromissos assumidos.

8.10 - No julgamento das propostas e na fase de habilitação o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica,

mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

8.11 - O Pregoeiro poderá durante a sessão verificar a regularidade das certidões disponíveis on-line exigidas no subitem **9.3**, que não forem previamente apresentadas pelos proponentes ou que forem apresentadas vencidas ou positivas.

8.11.1 - No momento da verificação se o sistema estiver indisponível ficará o (s) proponente(s) com o ônus de não terem apresentado o documento ou terem apresentado com restrição.

9 - DA HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação. Através de consulta dos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0>);

9.2 - Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.2.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2.2 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.3 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.3 - Deverá conter os seguintes documentos de habilitação:

- a) **Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e última alteração**, devidamente registrado em Junta Comercial ou em Cartório de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, em se tratando de Sociedade Comercial e, no caso de Sociedades por Ações acompanhadas de documento de eleição de seus administradores (Cópia Autenticada);
- b) **Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União** (de acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014);
- c) **Certidão Negativa** (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de **Débitos Estaduais**;
- d) **Certidão Negativa** (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de **Débitos Municipais**, relativa ao Município da sede do licitante;
- e) **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
- f) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT** (perante a Justiça do Trabalho, www.tst.jus.br);
- g) **Certidão Negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante, dentro do prazo indicado no documento, ou com data de emissão de até 60 (sessenta) dias antes da sessão**;
- h) **Declaração Conjunta (Anexo “B”)**;

9.4 - Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.5 - Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de **90 (noventa) dias consecutivos**, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

9.6 - A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no **item 1.2** deste Edital.

9.7 - Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original, retirados **diretamente da Internet** (quando for o caso) ou registrado em cartório eletronicamente, ou com assinatura digital, ou publicação em órgão da imprensa oficial (encaminhar juntamente a página da publicação)

9.7.1 - Referente a documentos **retirados diretamente da internet** ficam nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo *site* do órgão emissor.

9.8 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.
- c) Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9 - A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no **item 9.3**, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

10 - DOS RECURSOS

10.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no **01 (uma hora)**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual decisão pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema ou ainda poderá estar encaminhando por e-mail a comissão de licitações licitacao01@pinhalzinho.sc.gov.br e licitacao@pinhalzinho.sc.gov.br.

10.3 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.3.1 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.3.2 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.3.3 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.3.4 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros

três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.4 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço www.bll.org.br.

10.6 - DOS ORGÃOS E UNIDADES PARTICIPANTES

10.6.1 - Utilizarão a Ata de Registro de Preços decorrente deste Pregão a Secretaria de Administração e Planejamento.

11 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

11.2 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.3 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.4 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.4.1 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.4.2 - A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na habilitação, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados junto a plataforma BLL.

12 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1 - Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

14 - DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

14.1 - Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

15 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de até 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar, através do Portal do Cidadão do Município de Pinhalzinho, a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2 - O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.3 - Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.4 - O Aceite da Nota do Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.4.1 - Referida Nota está substituindo a ata, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133 de 2021;

15.4.2 - A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.4.3 - A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e subsequentes da Lei nº 14.133/2021.

15.4.4 - O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

15.5 - Na assinatura da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da ata de registro de preços.

15.6 - Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ata de registro de preços.

16 - DOS PREÇOS DO REAJUSTAMENTO E DA PRORROGAÇÃO

16.1 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, mediante negociações promovidas pelo ao órgão gerenciador, observadas as disposições contidas no art. 125 da lei nº 14.133/2021.

a) Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista no art. 125 da lei nº 14.133/2021, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o contrato e iniciar outro processo licitatório.

16.2 - Da Ata de Registro de Preços pode originar-se contratos, onde manter-se-á as mesmas cláusulas e condições da ata, respeitando o prazo de vigência e prorrogação total disposto na Lei nº 14.133/2021.

16.3 - Somente serão concedidos reajustamento dos valores decorridos 12 meses da assinatura do contrato originário da ata de registro de preços, com base no **Índice oficial do município**, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, nos termos da legislação vigente.

16.4 - O prazo de vigência da ata será de 01 (um) ano, podendo ser renovado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Os contratos dela decorrentes terão sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

16.5 - Preferencialmente que o pedido de reajuste seja feito pela empresa.

17 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1 – A fiscalização e aceitação dos itens serão realizados pelo servidor **Sr. Anderson Roberto Hollas**.

18 - DO PREÇO MÁXIMO

18.1 - Os valores orçados para cada item objeto desta licitação estão relacionados no **anexo “A”** deste Edital. Os orçamentos e descritivos foram realizados pelo **Sr. Anderson Roberto Hollas**.

18.2 - O valor mencionado no Termo de Referência deverá ser considerado pelas participantes deste certame licitatório como **PREÇO MÁXIMO admitido, sob pena de desclassificação da proposta que ultrapassar este valor.**

19 - DO PAGAMENTO

19.1 - A Administração efetuará o pagamento do objeto desta licitação, ao licitante vencedor **no prazo de até 30 (trinta) dias** mediante apresentação das notas fiscais.

19.2 - As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta licitação correrão às dotações informadas nas Autorizações de Fornecimento.

20 - DAS PENALIDADES E DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1 - Pelo atraso injustificado na entrega dos produtos, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeitam-se as detentoras às penalidades previstas nos artigos 162 da Lei nº 14.133/2021, na

seguinte conformidade:

20.1.2 - multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 30% (trinta por cento).

20.1.3 - pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 3º do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

20.2 - As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

20.3 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.3.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

20.3.2 - Automaticamente:

20.3.3 - por decurso de prazo de vigência;

20.3.4 - quando não restarem fornecedores registrados;

20.3.5 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

20.4 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

20.4.1 - A pedido, quando:

20.4.2 - Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

20.4.3 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

20.5 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 21 deste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

20.6 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

20.6.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 9.3 do Edital;

20.6.2 - Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

20.6.3 - O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

20.6.4 - O fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

20.6.5 - Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

20.6.6 - Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

20.7 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou através de publicação no Diário Oficial do Município.

21 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que:

a) Não assinar a Ata ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

c) Apresentar documentação falsa;

d) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

e) Ensejar o retardamento da execução do objeto;

f) Não mantiver a proposta;

g) Cometer fraude fiscal;

h) Comportar-se de modo inidôneo;

21.2 - As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes de eventual cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4 - O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4.1 - Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.4.2 - A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da mesma, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que a empresa teria para assiná-la;

21.4.3 - A penalidade de multa, prevista no **item 21.4.2** deste edital, poderá ser aplicada, cumulativamente, com a penalidade disposta no art. 90, e subsequentes da Lei nº 14.133/21.

21.4.4 - A Administração Municipal de Pinhalzinho poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela (s) licitante (s) vencedora (s), nos termos do que dispõe o art. 90, parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/21.

21.4.5 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.4.6 - Impedimento de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até cinco anos;

21.4.7 - A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

21.5 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.6 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.7 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 14.133, de 2021, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.8 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.9 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.10- Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a administração municipal poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.11- A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.12- A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.13 - As penalidades por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no item **21.1**.

22 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1 - Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, conforme art. 164 da Lei nº14.133/2021.

22.2 - A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica na plataforma ou ainda pelo e-mail da comissão de licitações licitacao01@pinhalzinho.sc.gov.br e licitacao@pinhalzinho.sc.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. São Paulo, nº 1615, Centro, na cidade de Pinhalzinho/SC, no setor de licitações.

22.3 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

22.4 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico e-mails licitacao01@pinhalzinho.sc.gov.br, licitacao@pinhalzinho.sc.gov.br, ou no endereço Av. São Paulo, nº 1615, Centro, na cidade de Pinhalzinho/SC, no setor de licitações.

22.4 - O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis (equipe técnica) pela elaboração do Edital e dos anexos.

22.5 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

a) A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

b) as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

23 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 - Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no site oficial do Município.

23.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.4 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6 - A empresa vencedora deverá fornecer qualquer quantidade solicitada pelo Município, não podendo, portanto, estipular em sua proposta de preços, cota mínima ou máxima para fornecimento do produto ou serviço,

23.7 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.8 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.9 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.10 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.11 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.12 - O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bll.org.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço pinhalzinho.atende.net, nos dias úteis, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.13 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

São partes integrantes deste Edital:

- ⇒ Termo de Referência (**Anexo A**);
- ⇒ Declaração Conjunta (**Anexo B**);
- ⇒ Minuta da Ata de Registro de Preços (**Anexo C**);

Pinhalzinho, SC, 01 de fevereiro de 2024.

Neuro Francisco Ozelame
Secretaria de Administração e Planejamento

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024 - PMP

ANEXO "A"

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos de infraestrutura para manutenção da rede de fibra óptica que compõe o projeto INFOVIA PINHALENSE.

O modelo a ser utilizado será o de aquisições parceladas sob demanda, para suprir as necessidades da administração e demais secretarias, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, com fundamento no **estudo técnico preliminar** da Secretaria de Administração e Planejamento.

Item	Descrição	Unid.	Quant. Estimada	Valor Máximo Unit. (R\$)
01	<u>ACOPLADOR ÓPTICO SIMPLEX SC/SC - APC:</u> Adaptador óptico com "abas" utilizado para efetuar a união entre dois conectores, garantindo o correto alinhamento entre os ferrolhos. Tipo de conector: SC. Tipo de polimento: APC. Ferrolho: Luva de zircônia. Engate tipo <i>push-pull</i> . Cor: verde. Perda por inserção (IL) $\leq 0,2$ dB. Perda de retorno (RL) ≥ 60 dB. <u>Recomendamos:</u> Intelbras XFA2 ou superior.	Unid.	50	R\$ 2,35
02	<u>ACOPLADOR ÓPTICO SIMPLEX SC/SC - UPC:</u> Adaptador óptico com "abas" utilizado para efetuar a união entre dois conectores, garantindo o correto alinhamento entre os ferrolhos. Tipo de conector: SC. Tipo de polimento: UPC. Ferrolho: Luva de zircônia. Engate tipo <i>push-pull</i> . Cor: azul. Perda por inserção (IL) $\leq 0,2$ dB. Perda de retorno (RL) ≥ 50 dB. <u>Recomendamos:</u> Intelbras XFA1 ou superior.	Unid.	50	R\$ 2,25
03	<u>ACOPLADOR ÓPTICO SIMPLEX LC/LC - APC:</u> Dispositivo projetado para conectar as pontas de dois cordões de fibra óptica com o conector LC/APC. Ao conectar duas pontas de cordão com precisão, os adaptadores de fibra óptica permitem que as fontes de luz sejam transmitidas no máximo e diminuam a perda o máximo possível. Ao mesmo tempo, os adaptadores de fibra óptica possuem baixa perda de inserção, boa intercambiabilidade e reprodutibilidade. Perda de inserção: ≤ 0.2 dB, tipo do conector/polimento: LC-APC, Luva de alinhamento: Cerâmica de zircônia, Tipo de Fibra: SMF - OS2 9/125µm Monomodo. Garantia de 1 ano.	Unid.	50	R\$ 8,32
04	<u>ACOPLADOR ÓPTICO SIMPLEX LC/LC - UPC:</u> Dispositivo projetado para conectar as pontas de dois cordões de fibra óptica com o conector LC/UPC. Ao conectar duas pontas de cordão com precisão, os adaptadores de fibra óptica permitem que as fontes de luz sejam transmitidas no máximo e diminuam a perda o máximo possível. Ao mesmo tempo, os adaptadores de fibra óptica possuem baixa perda de inserção, boa intercambiabilidade e reprodutibilidade. Perda de inserção: ≤ 0.2 dB, tipo do conector/polimento: LC-UPC, Luva de alinhamento: Cerâmica de zircônia, Tipo de Fibra: SMF - OS2 9/125µm Monomodo. Garantia de 1 ano.	Unid.	50	R\$ 7,95

05	<u>ADAPTADOR POE PADRÃO AF (15W):</u> Adaptador capaz de alimentar dispositivos com suporte a PoE, seja para aplicações sem fio via Mesh ou para que não haja dependência de um switch PoE. Fornecimento de até 15 watts de potência (padrão IEEE 802.3 AF). Tensão de entrada: Bivolt. Tensão de saída: 48Vdc @ 0.32A. Portas de comunicação Ethernet devem ser Gigabit. Deve possuir proteção de surto, pico de corrente e contra oscilações da rede elétrica. Possuir LED indicador de funcionamento. Acompanha cabo de força com aterramento, padrão NBR 14136. Cor: Branco. Deve ser compatível com os equipamentos da linha UniFi - Ubiquiti: U6-Lite, U6-Pro, U6-Mesh, UAP-AC-Lite, UAP-AC-M, UAP-AC-LR, UAP-AC-PRO, UAP-AC-M-PRO e UAP-nanoHD. <u>Recomendamos:</u> Ubiquiti U-PoE-AF (PoE 15W) ou superior.	Unid.	10	R\$ 101,75
06	<u>ADAPTADOR POE+ PADRÃO AF/AT (30W):</u> Adaptador capaz de alimentar dispositivos com suporte a PoE, seja para aplicações sem fio via Mesh ou para que não haja dependência de um switch PoE. Fornecimento de até 30 watts de potência (padrão IEEE 802.3 AF/AT). Tensão de entrada: Bivolt. Tensão de saída: 48Vdc @ 0.65A. Portas de comunicação Ethernet devem ser Gigabit. Deve possuir proteção de surto, pico de corrente e contra oscilações da rede elétrica. Possuir LED indicador de funcionamento. Acompanha cabo de força com aterramento, padrão NBR 14136. Cor: Branco. Deve ser compatível com os equipamentos da linha UniFi - Ubiquiti: U6-Lite, U6-Pro, U6-Mesh, U6-LR, UAP-AC-Lite, UAP-AC-M, UAP-AC-IW, UAP-AC-LR, UAP-AC-PRO, UAP-AC-M-PRO, UAP-nanoHD. <u>Recomendamos:</u> Ubiquiti U-PoE-AT (PoE 30W) ou superior.	Unid.	10	R\$ 118,62
07	<u>CAIXA ROSETA:</u> Caixa plástica para acomodar e proteger a emenda por fusão ou cabo conectorizado. Permite fixação por um conjunto de buchas e parafusos ou fita dupla face. Entrada de cabos pela parte superior, inferior ou posterior do produto. Estrutura injetada em plástico de engenharia na cor branca. De acordo com as normas TIA 526-14A. Dimensões aproximadas CxLxA (em mm): 100x60x21. Fornecido com acessórios: buchas de nylon, parafusos auto atarraxantes, abraçadeira plástica, protetor de emenda e manual de instalação. <u>Recomendamos:</u> Fibracem Ponto de Terminação Óptica F01, ou superior.	Unid.	40	R\$ 12,22
08	<u>CAIXA HERMÉTICA 40X30X20CM:</u> Utilizada para armazenar e proteger dispositivos e equipamentos eletroeletrônicos, com grau de proteção IP65. Caixa de montagem também conhecida como caixa para painéis elétricos ou quadros de comando, medindo 40x30x20cm (AxLxP), sem flange, fabricada em aço, com pintura eletrostática a pó na cor bege, com placa de montagem interna removível na cor laranja, com uma porta frontal contendo duas dobradiças, ângulo de abertura de mínimo de 110º e fecho de acionamento por fenda. Deve possuir borracha ou outro material para vedar corretamente a caixa e possuir calha de escoamento para proteger o interior do quadro contra jatos de água. Peso médio aprox. de 5kg.	Unid.	40	R\$ 246,88

09	CONECTOR DE CAMPO PARA FIBRA ÓPTICA SC/APC: Conector de campo designado para utilização em cabo drop flat (3x2mm), conexão com baixa perda óptica e alta resistência à tração e impactos. Dispensa a utilização de ferramentas especiais para montagem do conector. Fixação do cabo através de sistema de rosca. Tipo de fibra: monomodo. Tipo de conector: SC. Tipo de polimento: APC. Perda de inserção (dB): Médio $\leq 0,2$, Máx $\leq 0,5$. Perda de retorno (dB): APC ≥ 55. Força de tração: 30N. Permitir até cinco reutilizações. Deve acompanhar gabarito para o corte da fibra. Recomendamos: Intelbras XFF2 ou superior.	Unid.	100	R\$ 10,42
10	CONECTOR DE CAMPO PARA FIBRA ÓPTICA SC/UPC: Conector de campo designado para utilização em cabo drop flat (3x2mm), conexão com baixa perda óptica e alta resistência à tração e impactos. Dispensa a utilização de ferramentas especiais para montagem do conector. Fixação do cabo através de sistema de rosca. Tipo de fibra: monomodo. Tipo de conector: SC. Tipo de polimento: UPC. Perda de inserção (dB): Médio $\leq 0,2$, Máx $\leq 0,5$. Perda de retorno (dB): APC ≥ 40. Força de tração: 30N. Permitir até cinco reutilizações. Deve acompanhar gabarito para o corte da fibra. Recomendamos: Intelbras XFF1 ou superior.	Unid.	100	R\$ 9,94
11	CONVERSOR DE MÍDIA GIGABIT SFP: Compatível com protocolos IEEE 802.3ab, IEEE 802.3z e IEEE 802.3x. Porta FX suporta troca automática. Estende a distância da fibra em até 0,55 km para fibra de multimodo e 10 km para fibra de modo único. Porta ethernet: 01x porta gigabit. Porta SFP: 01. Leds indicadores de link, rx e ligado. Fonte de alimentação externa 9v. Recomendamos: TP-Link MC220L ou superior.	Unid.	40	R\$ 147,69
12	CORDÃO ÓPTICO LC-UPC/LC-UPC DUPLEX MONOMODO 2,5M: Cordão óptico duplex conectorizado, fabricado com fibras monomodo (SM G657A) com revestimento primário em acrilato e estrutura tight (revestimento secundário) dielétrica. Comprimento do cordão: 2,5 metros. Conectores: LC-UPC/LC-UPC. Classe de flamabilidade COG (Cabo óptico Geral). Raio mínimo de curvatura: 15mm. Cor revestimento externo: Azul. Gravação no cabo contendo no mínimo o nome do fabricante, tipo de revestimento, tipo de fibra, classe de flamabilidade, lote de fabricação e homologação da ANATEL. Cordão deve ser homologado pela ANATEL. Recomendamos: Fibracem ou superior.	Unid.	50	R\$ 35,00
13	CORDÃO ÓPTICO LC-UPC/LC-UPC SIMPLEX MONOMODO 2,5M: Cordão óptico simplex conectorizado, fabricado com uma fibra monomodo (SM G657A) com elemento de tração dielétrico e protegido por um revestimento externo em material polimérico retardante a chama. Comprimento do cordão: 2,5 metros. Conectores: LC-UPC/LC-UPC. Classe de flamabilidade COG (Cabo óptico Geral). Raio mínimo de curvatura: 20mm. Cor revestimento externo: Azul. Gravação no cabo contendo no mínimo o nome do fabricante, tipo de revestimento, tipo de fibra, classe de flamabilidade e homologação da ANATEL. Cordão deve	Unid.	50	R\$ 21,25

	ser homologado pela ANATEL. <u>Recomendamos:</u> Fibracem ou superior.			
14	<u>CORDÃO ÓPTICO SC-APC/SC-APC SIMPLEX MONOMODO 2,5M:</u> Cordão óptico simplex conectorizado, fabricado com uma fibra monomodo (SM G657A) com elemento de tração dielétrico e protegido por um revestimento externo em material polimérico retardante a chama. Comprimento do cordão: 2,5 metros. Conectores: SC-APC/SC-APC. Classe de flamabilidade COG (Cabo óptico Geral). Raio mínimo de curvatura: 20mm. Cor revestimento externo: Azul. Gravação no cabo contendo no mínimo o nome do fabricante, tipo de revestimento, tipo de fibra, classe de flamabilidade e homologação da ANATEL. Cordão deve ser homologado pela ANATEL. <u>Recomendamos:</u> Fibracem ou superior.	Unid.	50	R\$ 26,21
15	<u>CORDÃO ÓPTICO SC-APC/LC-UPC SIMPLEX MONOMODO 2,5M:</u> Cordão óptico simplex conectorizado, fabricado com uma fibra monomodo (SM G657A) com elemento de tração dielétrico e protegido por um revestimento externo em material polimérico retardante a chama. Comprimento do cordão: 2,5 metros. Conectores: SC-APC/LC-UPC. Classe de flamabilidade COG (Cabo óptico Geral). Raio mínimo de curvatura: 20mm. Cor revestimento externo: Azul. Gravação no cabo contendo no mínimo o nome do fabricante, tipo de revestimento, tipo de fibra, classe de flamabilidade e homologação da ANATEL. Cordão deve ser homologado pela ANATEL. <u>Recomendamos:</u> Fibracem ou superior.	Unid.	50	R\$ 24,10
16	<u>CORDÃO ÓPTICO SC-UPC/SC-APC SIMPLEX MONOMODO 2,5M:</u> Cordão óptico simplex conectorizado, fabricado com uma fibra monomodo (SM G657A) com elemento de tração dielétrico e protegido por um revestimento externo em material polimérico retardante a chama. Comprimento do cordão: 2,5 metros. Conectores: SC-UPC/SC-APC. Classe de flamabilidade COG (Cabo óptico Geral). Raio mínimo de curvatura: 20mm. Cor revestimento externo: Azul. Gravação no cabo contendo no mínimo o nome do fabricante, tipo de revestimento, tipo de fibra, classe de flamabilidade e homologação da ANATEL. Cordão deve ser homologado pela ANATEL. <u>Recomendamos:</u> Fibracem ou superior.	Unid.	50	R\$ 30,15
17	<u>CORDÃO ÓPTICO SC-UPC/SC-UPC SIMPLEX MONOMODO 2,5M:</u> Cordão óptico simplex conectorizado, fabricado com uma fibra monomodo (SM G657A) com elemento de tração dielétrico e protegido por um revestimento externo em material polimérico retardante a chama. Comprimento do cordão: 2,5 metros. Conectores: SC-UPC/SC-UPC. Classe de flamabilidade COG (Cabo óptico Geral). Raio mínimo de curvatura: 20mm. Cor revestimento externo: Azul. Gravação no cabo contendo no mínimo o nome do fabricante, tipo de revestimento, tipo de fibra, classe de flamabilidade e homologação da ANATEL. Cordão deve ser homologado pela ANATEL. <u>Recomendamos:</u> Fibracem ou superior.	Unid.	50	R\$ 25,45

18	<u>CORDÃO ÓPTICO LC-UPC/LC-UPC DUPLEX MM 50um OM3 2,5M:</u> Cordão óptico duplex conectorizado, fabricado com fibra multimodo (50/125 OM3) com elemento de tração dielétrico e protegido por um revestimento externo em material polimérico retardante a chama. Comprimento do cordão: 2,5 metros. Conectores: LC-UPC/LC-UPC. Classe de flamabilidade COG (Cabo óptico Geral). Raio mínimo de curvatura: 60mm. Gravação no cabo contendo no mínimo o nome do fabricante, tipo de revestimento, tipo de fibra, classe de flamabilidade e homologação da ANATEL. Cordão deve ser homologado pela ANATEL. <u>Recomendamos:</u> Fibracem ou superior.	Unid.	20	R\$ 54,33
19	<u>CORDÃO ÓPTICO LC-UPC/LC-UPC DUPLEX MM 50um OM3 5M:</u> Cordão óptico duplex conectorizado, fabricado com fibra multimodo (50/125 OM3) com elemento de tração dielétrico e protegido por um revestimento externo em material polimérico retardante a chama. Comprimento do cordão: 5 metros. Conectores: LC-UPC/LC-UPC. Classe de flamabilidade COG (Cabo óptico Geral). Raio mínimo de curvatura: 60mm. Gravação no cabo contendo no mínimo o nome do fabricante, tipo de revestimento, tipo de fibra, classe de flamabilidade e homologação da ANATEL. Cordão deve ser homologado pela ANATEL. <u>Recomendamos:</u> Fibracem ou superior.	Unid.	20	R\$ 50,74
20	<u>CORDÃO ÓPTICO LC-UPC/LC-UPC DUPLEX MM 50um OM4 2,5M:</u> Cordão óptico duplex conectorizado, fabricado com uma fibra multimodo (50/125 OM4) com elemento de tração dielétrico e protegido por um revestimento externo em material polimérico retardante a chama. Comprimento do cordão: 2,5 metros. Conectores: LC-UPC/LC-UPC. Classe de flamabilidade COG (Cabo óptico Geral). Raio mínimo de curvatura: 60mm. Gravação no cabo contendo no mínimo o nome do fabricante, tipo de revestimento, tipo de fibra, classe de flamabilidade e homologação da ANATEL. Cordão deve ser homologado pela ANATEL. <u>Recomendamos:</u> Fibracem ou superior.	Unid.	20	R\$ 64,66
21	<u>CORDÃO ÓPTICO LC-UPC/LC-UPC DUPLEX MM 50um OM4 5M:</u> Cordão óptico duplex conectorizado, fabricado com uma fibra multimodo (50/125 OM4) com elemento de tração dielétrico e protegido por um revestimento externo em material polimérico retardante a chama. Comprimento do cordão: 5 metros. Conectores: LC-UPC/LC-UPC. Classe de flamabilidade COG (Cabo óptico Geral). Raio mínimo de curvatura: 60mm. Gravação no cabo contendo no mínimo o nome do fabricante, tipo de revestimento, tipo de fibra, classe de flamabilidade e homologação da ANATEL. Cordão deve ser homologado pela ANATEL. <u>Recomendamos:</u> Fibracem ou superior.	Unid.	20	R\$ 83,55
22	<u>FILTRO DE LINHA COM DPS:</u> Proteção contra surtos elétricos (DPS), bivolt (127V/220V), atenua ruídos EMI e RFI, com chave microdisjuntor que desarma com sobrecargas, curto-circuitos ou instalação de equipamentos com corrente superior à capacidade dos equipamentos. Tecnologia varistores de óxido metálico. Conexão de entrada: cabo com plugue 2P+T (ABNT	Unid.	100	R\$ 65,59

	NBR 14136) 10A, comprimento 1m; saídas: 5 tomadas 2P+T (ABNT NBR 14136) 10A. DPS classe de proteção III, e grau de proteção IP20. Cor: preto ou transparente. Chave liga/desliga. 3 anos de garantia. Recomendamos: Filtro de linha iClamper Energia 5 tomadas ou superior.			
23	FITA FLEXÍVEL TZEFX231 PARA ROTULADOR BROTHER PTE110: FITA flexível TZE FX231, 12MM, PRETO/BRANCO. Principais características: Laminadas, ecológicas e resistentes a temperaturas extremas (-80°C até +150°C), água, sol, abrasão e produtos químicos. Comprimento: 8 metros. Uso indicado para identificação de fios, cabos e conectores. Deve ser compatível com a rotuladora Brother PTE110.	Unid.	5	R\$ 132,79
24	KIT FERRAMENTAS FTTH: Kit de ferramentas utilizado para fazer a conectorização de fibras ópticas, contendo as ferramentas básicas necessárias para a montagem de conectores rápidos (Fast Connector) ou emendas mecânicas, oferecendo uma maior organização dos equipamentos para maior agilidade no trabalho de instalações de redes ópticas. O Kit deve ser composto no mínimo, pelos seguintes itens: 01x Clivador óptico com bolsa para armazenamento/transporte; 01x Power Meter com conectores FC/SC, Potência -10 a 10dB, Comprimento de onda (nm): 850/980/1300/1310/1490/1550/1625; 01x Identificador Visual de Falhas (caneta ótica), para distâncias de até 10km; 01x Recipiente para álcool; 01x Alicate Decapador de acrilato, contendo dois furos para decapagem da fibra; 01x Alicate Descascador (Fibra Drop); 01x Gabarito universal para Fast Connector; 01x Bolsa em material resistente a água, de grande capacidade, para armazenamento e transporte de todos os itens que compõe o kit.	kit	1	R\$ 391,00
25	KIT MÓDULOS SFP 1.25G WDM/BIDI, 01FO, SC, SM, 10KM: Kit composto por 2 módulos SFP bidirecional (Lado A e Lado B), capazes de interligar equipamentos até 10km de distância. Características Técnicas: Taxa de transferência: 1.25 Gbps; Interface óptica compatível com IEEE 802.3ae 1GBASE-LR; Interface elétrica compatível com SFF-8431; Tensão de trabalho: 3.3V; Sensibilidade de Recepção: < -13dBm; Interface: SC/UPC simplex; Faixa de dados: TX e RX; Comprimento de onda: Lado A: 1310/1550nm, Lado B: 1550/1310nm.	Kit	25	R\$ 181,00
26	KIT MÓDULOS SFP+ 10G, WDM/BIDI, SIMPLEX LC, SM, 20KM: Kit composto por 2 módulos SFP+ bidirecional (Lado A e Lado B), capazes de interligar equipamentos até 20km de distância com até 10G de velocidade. Compatível com todas as plataformas, com SFP+ MSA e conforme IEEE 802.3ae 10GBASE-LR / LW. Características Técnicas: Comprimento de onda: 1330/1270nm; Conector LC Simplex; Tipo de fibra: monomodo; potência de TX: -5 a 0dBm; Sensibilidade RX: até -14dBm.	Kit	10	R\$ 517,60
27	KIT MÓDULOS SFP+ 10G, DUPLEX, 850NM, LC, MM, 300M: Kit composto por 2 módulos SFP+ bidirecional (Lado A e Lado B), capazes de interligar equipamentos até 300 metros de distância com até 10G de velocidade.	Kit	5	R\$ 344,70

	Compatível com todas as plataformas, com SFP+ MSA e conforme IEEE 802.3ae 10GBASE-LR / LW. Características Técnicas: Comprimento de onda: 850nm; Conector LC Duplex; Tipo de fibra: multimodo; potência de TX: -6,5 a -1dBm; Sensibilidade RX: até -11dBm.			
28	<u>NOBREAK SENOIDAL 3000VA COM MÓDULO EXPANSÃO FECHADO 08 BATERIAS:</u> O nobreak deve manter a tensão de saída regulada, seja em modo rede ou bateria. Possuir sinalização visual e sonora completa de todas as condições da rede elétrica do Nobreak, da bateria e da carga. Possuir tecnologia DSP (Processador Digital de Sinais), oferecendo alto desempenho e segurança com dispositivos e proteções essenciais para seu equipamento. Auto teste para verificação das condições iniciais do equipamento. Função TRUE RMS. Distorção harmônica menor que 1% para cargas lineares em inversor. Recarga automática da bateria mesmo com o nobreak desligado garantindo maior tempo de vida útil. Gerenciamento de bateria que avisa quando a bateria precisa ser substituída. DC Start, permitindo ligar o nobreak mesmo na ausência da rede elétrica (estando com a bateria carregada). Permite ser utilizado com grupo gerador. Chave liga/desliga temporizada. Ventilador interno controlado de acordo com o consumo de carga e da temperatura do nobreak. Bivolt automático na entrada. <u>Tensão de saída: 220V</u> (tensão de saída padrão 120V, permitindo configurar para 220V através de seleção interna). Interface de comunicação serial padrão USB. Potência nominal: 3000VA, contínua: 2700W; pico: 2970W; mínima: 95W. Fator de potência saída: 0,9. Tensão nominal de entrada: 120V-220V automático (84~156V / 176~264V). Freq. entrada: 45~65Hz. Cabo de alimentação AC com 1,5m de comprimento plugue padrão NBR 14136 e uma Borneira de Entrada. BATERIA: Tensão operação: 96V; Tipo: Selada VRLA livre de manutenção e à prova de vazamento; Quantidade: 8x7Ah/12V internas. Proteções contra sobrecarga, curto-circuito, desligamento por potência mínima, temperatura, descarga profunda da bateria. Possuir ainda disjuntores contra operações indevidas para tensão de entrada/saída, varistores óxido metálico contra surtos de tensão entre fase/terra, fase/neutro e neutro/terra, acionamento do inversor para subtensão e sobretensão da rede elétrica com retorno e desligamento automático e religamento automático das cargas após desligamento do nobreak e retorno de rede. Gabinete metálico com tratamento anti-corrosivo e pintura epóxi na cor preto, com rodízios giratórios. <u>MÓDULO EXPANSÃO ATÉ 08 BATERIAS:</u> Módulo de Baterias Original, do mesmo fabricante do nobreak. Tensão Nominal/capacidade do Conjunto: 96VDC 60/70Ah. Tipo de Baterias: Estacionária (INCLUSAS). Dimensões: 840x310x570 mm. Gabinete em metal com pintura epóxi, cor preto. Rodízios deslizantes para fácil locomoção. Inclusos cabos e acessórios de interligação, com conector de engate rápido; Disjuntor de proteção. <u>Recomendamos:</u> Nobreak NHS Prime Senoidal	Unid.	2	R\$ 12.728,49

	3000VA + Módulo Expansão fechado 8 Bat. Est. 58Ah – 96V ou superior.			
29	ONT: Especificações técnicas: COMPATÍVEL COM OLT 8820G Intelbras. Temperatura de operação: 0 °C ~ 40 °C Umidade relativa: 5 ~ 90%; Fonte de alimentação: entrada: 100-240 V / 50/60 Hz, Saída: 12 Vdc / 1,5 A Consumo: 8 a 12 W. Interfaces GPON: 1 conector SC/APC; Em conformidade com ITU-T G.984; Sistema óptico classe B+ Receptor APD e transmissor DFB GPON Tx; 1.244 Gbps upstream (transmissor), comprimento de onda de 1.310 nm; Potência do sinal 0,5 a 5,0 dBm GPON Rx; 2.488 Gbps downstream (receptor), comprimento de onda de 1.490 nm; Sensibilidade de recepção máxima: -8 dBm; Sensibilidade de recepção mínima: -27 dBm. Interfaces Ethernet: 4 portas Gigabit Ethernet (10/100/1000BASE-T Ethernet); Conectores RJ45; em conformidade com as especificações IEEE 802.3; Auto MDI/MDIX; Autonegociação. Interface POTS (FXS): 2 portas com conectores RJ11. Interface USB: 1 porta USB (conector USB padrão tipo A). Hardware: Chipset: BCM6818GR; Velocidade de processamento: 400 Mhz; Memória FLASH: 128 Mb; Memória SDRAM: 128 Mb DDR3. Padrões suportados: Compatível com ITU-T G.984; Compatível com IEEE 802.3 Ethernet; Compatível com IEEE 802.1q/p VLANs; Compatível com IEEE 802.3u Fast Ethernet; Compatível com IEEE 802.3ab 1000BASE-T. Protocolos suportados: GPON: ITU-T G.984 (GPON); 32 T-CONTS por dispositivo; 32 GEM Ports por dispositivo; Ativação com descobrimento automático de SN e senha em conformidade com ITU-T G.984.3; Decodificação AES-128 com geração de chave e comutação; FEC (Forward Error Correction); Suporte a Multicast GEM Port; Mapeamento de GEM Ports em T-CONTS com programação baseada em fila de prioridade QoS; Ethernet bridging/switching por IEEE 802.1D/802.1Q; Traffic shaping - gerenciamento de banda e limitação de velocidade; QoS com suporte a IEEE 802.1p + DSCP; Oito classes de tráfego com 802.1p VLANs; VLAN tagging/untagging; VLAN stacking (Q-in-Q); VLAN switching; Mapeamento de SSID em VLAN; IGMP multicast; IGMP snooping; Suporte a VLAN. Protocolos suportados: Switching: 802.3x Flow control; Aprendizado automático de endereços MAC; Número ilimitado de entradas de endereços MAC para fluxos configurados via OMCI; suporta até 4096 entradas de endereços MAC para fluxos configurados no modo RG (apenas as 100 entradas mais recentes são exibidas); suporte a tempestade de broadcast (broadcast storm control); Autenticação 802.1x; FTP e TFTP; Telnet; HTTP; SSH. Roteamento IP e Firewall: Cliente PPPoE; NAT/NAPT; Encaminhamento de porta (port forwarding); Servidor DHCP e Cliente DHCP; Servidor DNS. Suporte a voz: SIP (RFC 3261); SIP-PLAR; MGCP; 5 REN por linha (Ringer Equivalency Number); Discagem DTMF; Codec de voz: G.711 (u-law e A-law), G.726, G.729B; Cancelamento de eco; Detecção de Atividade de Voz (VAD); Inserção de Ruído de Conforto (CNI). Diversas classes de serviço: Identificador de	Unid.	10	R\$ 426,98

	chamada, chamada em espera, encaminhamento, Transferência de chamadas etc. T.30 e T.38 Fax; G.711 fallback para FAX; Configuração IP estático ou cliente DHCP, Gerenciamento: OMCI; Web UI; CLI (Command Line Interface); SNMP. Emissão de segurança e outros: Anatel; CE UL. Recomendamos: Intelbras ONT 142NW ou superior.			
30	ONU GPON 1 LAN 1 OPTICA: Especificações: Interface óptica: 1x porta SC/APC; Comprimento de onda Tx: 1310nm, Rx: 1490nm; Potência do sinal: +0,5 a +5 dBm; Sensibilidade de recepção máxima -8 dBm; Sensibilidade de recepção mínima -27 dBm; GPON em conformidade com padrão ITU-T G.984; 1.25 Gbpsupstream (transmissor); 2.5 Gbpsdownstream (receptor); Sistema óptico classe B+; EPON em conformidade com padrão IEEE EPON 802.3ah; 1.25 Gbpsupstream (transmissor); 1.25 Gbpsdownstream (receptor); Interfaces Ethernet: 1x porta Gigabit Ethernet (10/100/1000BASE-T Ethernet); Conector RJ45; Em conformidade com as especificações IEEE 802.3; Auto MDI/MDIX; Autonegociação; MTU Máximo: 1512 bytes; Padrões suportados: G.984 GPON, IEEE 802.3 Ethernet, 802.1q/p VLANs, 802.3u Fast; Ethernet, 802.3ab 1000BASE-T, IEEE EPON 802.3ah; Protocolos suportados: GPON: ITU-T G.984 (GPON); 8 T-CONTS por dispositivo; Ativação com descobrimento automático de SN e senha em conformidade com ITU-T G.984.3; Decodificação AES-128 com geração de chave e comutação; FEC (ForwardErrorCorrection); Suporte para Multicast GEM Port; Ethernet/IP: Bridgingandswitching (802.1D/802.1Q); Quatro classes de tráfego com 802.1p; 802.3x Flowcontrol; VLAN tagging/untagging; VLAN stacking (Q-in-Q); Tamanho máximo do frame 1.518 bytes; IPTV: IGMP snooping; Quantidade de MACs suportados: 128; Taxa de transferência máxima: Bridge (GPON/EPON), Layer2; Bridge/GPON, Upstream 1000 Mbps, Downstream 1000 Mbps; Bridge/EPON, Upstream 1000 Mbps, Downstream 1000 Mbps; Modo de Operação: Bridge (IPV4); Gerenciamento: PON, OLT (OMCI), WEB; LAN OLT (OMCI), WEB. Deve ser compatível com as OLT's já em operação no CPD do Município de Pinhalzinho (OLT 8820 i - Intelbras). Recomendamos: Intelbras ONU 110 ou 110 B.	Unid.	20	R\$ 138,98
31	PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO: Fabricada nas dimensões 90mm x 40mm x 3mm em PVC acrílico na cor amarela, com as inscrições em baixo relevo na cor preta, contendo a logomarca da Prefeitura, atendendo à instrução normativa I-313.0015 da CELESC.	Unid.	1500	R\$ 1,48
32	PRENSA CABO 3/4: Prensa cabos de 3/4" com rosca do tipo BSP e anel de vedação. Geralmente utilizado em placas metálicas e quadros de comandos elétricos, para permitir a entrada/saída segura de cabos, evitando danos a capa isoladora dos cabos bem como garantir a vedação do quadro. Material: Termo-Plástico auto-extinguível; Norma: Conforme Norma DIN 46320; Grau de Proteção: IP68; Cor: Preto; Alta resistência mecânica. Tipo de rosca: BSP.	Unid.	100	R\$ 4,83

33	PROTETOR DPS 3 PINOS: Dispositivo de Proteção contra Surtos (DPS) projetado para oferecer proteção a equipamentos eletroeletrônicos individuais que possuem conexão exclusivamente elétrica, mesmo em ambientes sem aterramento. Portátil e de fácil instalação devido ao seu tamanho reduzido, podendo ser utilizado em qualquer local e em ambientes externos, garantindo a integridade dos equipamentos essenciais como smartphones, tablets, notebooks e outros dispositivos móveis. Garantia de 6 anos. Plugue/tomada no padrão brasileiro três pinos. Com LED que indica o status de operação, fornecendo informações visuais sobre seu funcionamento. Corpo plástico antichamas e de alta durabilidade. Varistores de alta capacidade com proteção térmica. Cor preto ou transparente. Especificações técnicas: Proteção: Linha-Neutro / Linha-Linha / Linha-Terra / Neutro-Terra; Tensão de operação: 127/220 V @50/60 Hz; Máxima tensão de operação contínua: 275V; Corrente de carga máxima - IL: 10A; Potência máxima - Wmax: 1270/2200W; Corrente de descarga máxima - Imax: 6 kA @8/20µs (L-L L-N L-PE ou N-PE); Corrente de descarga máxima total: 12 kA @8/20µs; Corrente de dimensionamento máxima: 18 kA @8/20µs (vide ficha técnica); Conexão de entrada: Tomada 2P+T (ABNT NBR 14136) 10A; Conexão de saída: Tomada 2P+T (ABNT NBR 14136) 10A; DPS Classe: III. Recomendamos: iCLAMPER Pocket 3 Pinos 10A ou superior.	Unid.	50	R\$ 43,53
34	ROTEADOR 10 PORTAS GIGABIT: SArquitetura: ARM 32bit. Contagem do núcleo da CPU: 04. Frequência nominal: 1400MHz. Dimensões 228x120x30mm. Sistema operacional RouterOS, licença level 5. Memória RAM: 1GB. Armazenamento: 512MB. Tipo de armazenamento: NAND. Número de entradas DC: 02 (conector DC, PoE-IN). Tensão de entrada conector DC: 12 a 57V. Entrada PoE: Sim (Porta 1), passivo, 18 a 57V. Saída PoE: Sim (Porta 10), passivo, até 57V. Consumo máximo de energia: 33W. Consumo de energia máximo sem acessórios: 18W. Portas Ethernet 10/100/1000: 10. Porta SFP+: 01. Porta serial RJ45: 01. Monitor de temperatura do PCB: Sim. Monitor de tensão: Sim. Certificação CE, EAC, ROHS. Inclui duas orelhas de montagem em rack que prendem com segurança a unidade em um espaço de rack padrão de 1U. Recomendamos: MIKROTIK RB4011IGS+RM.	Unid.	30	R\$ 2.137,04
35	SPLITTER 1/2 10-90: Splitters ópticos são componentes passivos que realizam a divisão do sinal óptico em uma rede PON. Os splitters desbalanceados são constituídos por uma fibra de entrada e 2 fibras de saída, as quais dividem a potência do sinal óptico de forma assimétrica entre elas. Ou seja, a potência do sinal óptico pode ser dividida em proporções diferentes de acordo com a necessidade de cada aplicação. Os modelos devem ser fabricados com tecnologia FBT. Operarem nas três janelas de comunicação para os padrões de redes ópticas passivas: 1310 nm, 1490 nm e 1550 nm. Tamanho compacto que permite o armazenamento em diversos tipos de bandejas ópticas de emenda. Baixa perda de inserção e excelente uniformidade. Alta	Unid.	50	R\$ 33,63

	confiabilidade. Fibra especial G.657A - otimizadas para acomodação em bandejas com raio de curvatura reduzidas. <u>O Splitter deve ser do tipo: Não conectorizado, proporção de 10% do sinal óptico para uma fibra óptica e 90% para outra. Deve apresentar certificação da ANATEL.</u>			
36	<u>SPLITTER 1/2 15-85:</u> Splitters ópticos são componentes passivos que realizam a divisão do sinal óptico em uma rede PON. Os splitters desbalanceados são constituídos por uma fibra de entrada e 2 fibras de saída, as quais dividem a potência do sinal óptico de forma assimétrica entre elas. Ou seja, a potência do sinal óptico pode ser dividida em proporções diferentes de acordo com a necessidade de cada aplicação. Os modelos devem ser fabricados com tecnologia FBT. Operarem nas três janelas de comunicação para os padrões de redes ópticas passivas: 1310 nm, 1490 nm e 1550 nm. Tamanho compacto que permite o armazenamento em diversos tipos de bandejas ópticas de emenda. Baixa perda de inserção e excelente uniformidade. Alta confiabilidade. Fibra especial G.657A - otimizadas para acomodação em bandejas com raio de curvatura reduzidas. <u>O Splitter deve ser do tipo: Não conectorizado, proporção de 15% do sinal óptico para uma fibra óptica e 85% para outra. Deve apresentar certificação da ANATEL.</u>	Unid.	50	R\$ 30,75
37	<u>SPLITTER 1/2 50-50:</u> Splitters ópticos são componentes passivos que realizam a divisão do sinal óptico em uma rede PON. Ele é constituído por uma fibra de entrada e 2 fibras de saída, as quais dividem a potência do sinal óptico de forma proporcional entre elas, caracterizando-o como splitter balanceado. O splitter deve possuir Fibras de Entrada e Saídas do Tipo "Bend Insensitive" G.657A e compatibilidade com bandejas de emenda ou módulos conectorizados. <u>O Splitter deve ser do tipo: Não conectorizado e deve apresentar certificação da ANATEL.</u> Características: Perda de Inserção Máxima (dB) $\leq 4,0$; Uniformidade (dB) $\leq 0,6$; Sensibilidade à Polarização Máxima - PDL (dB) $\leq 0,2$; Perda de Retorno (dB) ≥ 50 . <u>Recomendamos:</u> Intelbras XFS 120 ou superior.	Unid.	50	R\$ 37,55
38	<u>SPLITTER 1/4:</u> Splitters ópticos são componentes passivos que realizam a divisão do sinal óptico em uma rede PON. Ele é constituído por uma fibra de entrada e 4 fibras de saída, as quais dividem a potência do sinal óptico de forma proporcional entre elas, caracterizando-o como splitter balanceado. O splitter deve possuir Fibras de Entrada e Saídas do Tipo "Bend Insensitive" G.657A e compatibilidade com bandejas de emenda ou módulos conectorizados. <u>O Splitter deve ser do tipo: Não conectorizado e deve apresentar certificação da ANATEL.</u> Características: Perda de Inserção Máxima (dB) $\leq 7,3$; Uniformidade (dB) $\leq 0,7$; Sensibilidade à Polarização Máxima - PDL (dB) $\leq 0,2$; Perda de Retorno (dB) ≥ 50 . <u>Recomendamos:</u> Intelbras XFS 140 ou superior.	Unid.	50	R\$ 36,25
39	<u>SPLITTER 1/8:</u> Splitters ópticos são componentes passivos que realizam a divisão do sinal óptico em uma rede PON. Ele é constituído por uma fibra de entrada e	Unid.	10	R\$ 34,45

	8 fibras de saída, as quais dividem a potência do sinal óptico de forma proporcional entre elas, caracterizando-o como splitter balanceado. O splitter deve possuir Fibras de Entrada e Saídas do Tipo "Bend Insensitive" G.657A e compatibilidade com bandejas de emenda ou módulos conectorizados. <u>O Splitter deve ser do tipo: Não conectorizado e deve apresentar certificação da ANATEL.</u> Características: Perda de Inserção Máxima (dB) $\leq 10,5$; Uniformidade (dB) $\leq 0,8$; Sensibilidade à Polarização Máxima - PDL (dB) $\leq 0,25$; Perda de Retorno (dB) ≥ 50 . Recomendamos: Intelbras XFS 180 ou superior.			
40	SWITCH GERENCIÁVEL 10P POE GIGABIT: Switch gigabit equipado com 8 portas gigabit ethernet (RJ-45) e 2 slots SFP. Todas as portas ethernet com PoE e características gerenciamento de energia PoE úteis. Com características de gerenciamento L2+. Projetado para redes de pequenas e médias empresas que requerem um gerenciamento de rede eficiente. Possuir recursos como Link Aggregation, 802.1Q VLAN, Listas de Controle de Acesso (ACL), Qualidade de Serviço (QoS), Detecção Loop Back, Diagnóstico de Cabo, Storm Control e IGMP Snooping. Especificações: 8x Portas RJ45 10/100/1000Mbps; 2x Slots SFP 1000Mbps; Auto Negociação/Auto MDI/MDIX; Fonte de Alimentação bivolt (100~240VAC, 50/60Hz), saída: 54VDC/1.3Ah; PoE: 8x portas compatíveis com 802.3af/at; Potência máxima total: 70W (somatório de todas as portas ethernet); Potência máxima por porta: 35W (desde que não ultrapasse a potência total do switch); Dimensões máximas permitidas (LxCxA): 295x180x45mm; Capacidade de Comutação: 20Gbps; Largura de Banda / Backplane: 20Gbps; Taxa de Encaminhamento de Pacotes: 14.88Mpps; Tabela de Endereços MAC: 8K; Memória de Buffer de Pacote: 4.1 Mbit; Jumbo Frame: 9KB. Recomendamos: TP-Link TL-SG2210P, Intelbras SG 1002 PoE L2+ ou superior.	Unid.	30	R\$ 1.050,55
41	TRANSCEIVER GPON 2.5 GB C+: Este componente é utilizado em conjunto com as OLTs GPON que apresentam portas PON SFP (Small Form Pluggable) para prover a interface óptica de conexão com a rede PON, deve possuir velocidade de até 2,5 Gbps downstream e 1,5 Gbps upstream em até 20Km com conector do tipo SC/PC. Os transceivers devem ser da Classe C+ com potência mínima de emissão de 3 dBm e com sensibilidade mínima de -32 dBm. O Transceiver deverá ser também, homologado pela fabricante das OLT's já em operação no CPD do Município de Pinhalzinho (OLT 8820i e 8820g - Intelbras). Recomendamos: Intelbras KPSP 1120 G C+.	Unid.	10	R\$ 536,88
42	TUBO DE EMENDA ÓPTICO: Produto desenvolvido para fazer a proteção da reconexão da fibra óptica através de fusão ou adaptador óptico. Compacto, prático e de fácil instalação. Não requer equipamento adicional nem ferramentas especiais para montagem. Conjunto termoplástico de alta resistência com aditivo anti UV, composto por base, tampa articulada com fechamento mecânico através de duas travas plásticas, dois pontos de ancoragem externos para arame mensageiro	Unid.	40	R\$ 46,74

	principal. Alojamento interno para acomodação de adaptador óptico e dois protetores de emenda (fusão). Sistema de vedação por componente elastomérico. Grau de proteção IP65. Normas aplicáveis: IEC 61300-2-22 NBR 14416; ASTM G155 - Ciclo 1; ASTM D 638. Dimensões aproximadas CxLxA (em mm): 196x100x44. Garantia de doze meses. Recomendamos: Fibracem Tubo De Emenda Óptico NG, ou superior.			
43	VELCRO DUPLA FACE SLIM 25YD: Abraçadeira dupla face slim perfeitas para organizar fios, cabos e diversos materiais e ferramentas. Para personalizar o comprimento da sua faixa basta cortar o rolo no tamanho desejado. Fitas ajustáveis resistentes, reutilizáveis e projetadas para uso em serviços pesados em ambientes internos e externos. Fabricado em Gancho HTH perfil baixo em polietileno de baixa densidade e argola 100% poliamida 12. Largura: 30mm. Material: Polipropileno/Poliamida. Comprimento: 22,86m. Cor: Preto ou Azul. Recomendamos: VELCRO® Quick Tie® 25YD ou superior.	Unid.	10	R\$ 170,33

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 202.975,63 (Duzentos e Dois Mil e Novecentos e Setenta e Cinco Reais e Sessenta e Três Centavos).

A escolha do fornecedor fica adstrita ao menor preço, mantendo-se a qualidade do objeto lícitado.

1.1. REQUISITOS COMPLEMENTARES À HABILITAÇÃO

Em decorrência dos itens a serem licitados, além da documentação padrão para o processo, como habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, social e econômico-financeira, a(s) licitante(s) participante(s) do processo deverá(ão) apresentar os seguintes documentos para ser considerada habilitada:

1.1.1 A proposta deverá dispor de marca/modelo de cada item ofertado, que será utilizado posteriormente para fins de homologação.

1.2. FUNDAMENTO LEGAL

A aquisição ou contratação do objeto deste Termo de Referência tem amparo legal, integralmente, na Lei 14.133/2021 e alterações posteriores.

2. JUSTIFICATIVA

Justifica-se a aquisição do respectivo objeto pela necessidade da constante manutenção e garantia de funcionamento contínuo da rede de fibra óptica implantada no município, denominada Infovia Pinhalense. O pleno funcionamento desta rede é crucial para a distribuição de serviços de internet e de telefonia IP (voip) entre as repartições públicas do município, escolas e unidades de saúde, bem como sistemas de segurança e de videomonitoramento urbano. A inoperância desta rede afeta diretamente os serviços administrativos, a segurança pública e aos serviços prestados aos munícipes. Assim sendo, tanto os órgãos que compõe o serviço público quanto os munícipes, necessitam que problemas ocorridos na rede óptica como o rompimento de cabo por exemplo, sejam resolvidos o mais breve possível. A perspectiva de aquisição parcelada, direta e com possibilidade de estocagem objetiva ser economicamente vantajosa para o Município, compondo alguns dos itens mais rotineiros das intervenções de manutenção corretiva e preventiva.

3. DA CLASSIFICAÇÃO

Os materiais/serviços a serem licitados por meio deste processo licitatório são enquadrados como comuns nos termos do Decreto Municipal nº 230/2022, pois seus padrões e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado e a escolha do licitante vencedor será feita com base no menor preço ofertado.

4. ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS E SERVIÇOS

- 4.1. As especificações técnicas dos equipamentos e materiais estão informadas na tabela do Item 1;
- 4.2. Todos os itens entregues deverão ser NOVOS e estar na embalagem original, devidamente lacrados.
- 4.3. As marcas e modelos apresentadas nos descritivos objetivam além de auxiliar os licitantes na identificação dos itens, manter a padronização de equipamentos já existentes nas dependências do Centro Administrativo e demais Secretarias do Município bem como, manter um padrão de qualidade.

5. DO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS ITENS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A fiscalização dos itens recebidos ficará a cargo do Responsável pelo Setor/Departamento Solicitante. Fiscal do Contrato:

FISCAL	DEPARTAMENTO	CONTATO
Anderson Roberto Hollas	Depto. de Tecnologia da Informação	ti@pinhalzinho.sc.gov.br (49) 3366-6622

5.2. O servidor designado como fiscal de contrato, atesta ao final deste termo, que está ciente da indicação e possui aptidão para fiscalizar a execução/aquisição do objeto deste processo, sabendo as suas responsabilidades.

5.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.4. A gestão do contrato/ata fica a cargo do Secretário responsável pela secretaria.

6. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO PRAZO DE ENTREGA

- 6.1. As aquisições ocorrerão de forma parcelada, conforme a solicitação da contratante;
- 6.2. O fornecimento dos itens **deverá ser efetuado em até 30 dias** a partir do recebimento do empenho, sendo o material/equipamento devidamente acompanhado da nota fiscal eletrônica, obedecendo a descrição e/ou a marca/modelo registrado na proposta de preços apresentado pelo licitante.
- 6.3. Imediatamente após a entrega dos produtos, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo fiscal de contrato. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos ou insatisfação em relação ao material em desacordo com a proposta comercial ou em relação às condições expressas neste Termo de Referência, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades, obrigando-se a recolhê-los e substituí-los satisfatoriamente, bem como a substituição de Nota Fiscal e pagamento restrito pela Contratante sujeito à adequação necessária.
- 6.4. A proponente vencedora deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à entrega dos itens, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento e providenciar a imediata correção das eficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

7. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Caberá à CONTRATANTE:

- Emitir a Autorização de Fornecimento/Empenho, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA;
- Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo Contrato/Ata de Registro de Preços, com base nas disposições estabelecidas neste Termo de Referência, e ainda, em consonância com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a aquisição dos itens;
- Atestar as notas fiscais correspondentes à entrega dos materiais/serviços, por intermédio

- dos fiscais de contrato;
- e) Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA, o pagamento, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos;
 - f) Notificar o Fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais;
 - g) Supervisionar e fiscalizar a entrega dos materiais/equipamentos, através de servidor designado;
 - h) Analisar se os materiais e equipamentos atendem às especificações técnicas solicitadas;
 - i) Comunicar formalmente falhas ou irregularidades, solicitando substituição, reparo ou correção;
 - j) Gerenciar os ativos da rede, testar comunicação, efetivar e homologar os produtos recebidos.

Caberá à CONTRATADA:

- a) Tomar todas as providências necessárias à entrega dos produtos homologados e contratados deste Termo de Referência, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento do objeto licitado;
- b) Manter, durante o período de vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, todas as condições e qualificações exigidas na licitação;
- c) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;
- d) Adotar medidas para a entrega dos materiais/equipamentos solicitados, observando todas as condições e especificações aprovadas pela CONTRATANTE;
- e) Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados nas solicitações, normalmente no Centro Administrativo (Prefeitura), junto ao setor de TI;
- f) Entregar os produtos solicitados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do empenho;
- g) Substituir os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas na Ata de Registro de Preços, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis;
- h) Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar as datas, horários e locais de entrega dos itens solicitados;
- i) Responder e responsabilizar-se por quaisquer danos causados direta ou indiretamente a bens de propriedade da CONTRATANTE ou de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregadores/profissionais por ocasião das entregas efetuadas;
- j) Encaminhar à CONTRATANTE a Nota Fiscal Eletrônica correspondente aos itens entregues;
- k) Arcar com as despesas de carga e descarga e de fretes referentes às entregas dos produtos;
- l) Utilizar somente materiais e equipamentos homologados pela Anatel (quando aplicáveis);
- m) Responsabilizar-se e fornecer as negativas municipal, estadual, federal, trabalhista, FGTS;
- n) A Contratada operará como fornecedor e, conseqüentemente, não ensejará nenhum vínculo empregatício com o Município de Pinhalzinho, e será inteiramente responsável por todos os ônus e encargos da legislação fiscal, tributária, trabalhista e social vigentes.

8. DA VIGÊNCIA:

8.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, a contar da homologação do processo.

9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. A Administração efetuará o pagamento do objeto desta licitação, ao (s) licitante (s) vencedor (es) **no prazo de até 30 (trinta) dias** mediante apresentação das notas fiscais. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

9.2. O pagamento será creditado em favor do Fornecedor, por meio de ordem bancária contra qualquer entidade bancária indicada na nota fiscal, para isto, deve ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta-corrente com dígito em que deverá ser efetivado o crédito.

9.3. A nota fiscal deverá ser emitida pelo próprio CONTRATADO, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ com que foi indicado no certame e constante na Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ.

9.4. Ficará a cargo da contratante a retenção do Imposto de Renda incidente sobre o fornecimento de bens, prestação de serviço ou obras que advirem deste processo, sendo assim, a retenção respeitará o disposto no Decreto Municipal nº 158/2023, e o procedimento aplicável ao Imposto de Renda Retido na Fonte da IN RFB nº 1.234/2012.

9.4.1. A alíquota aplicável observará o Anexo I – Tabela de Retenção da IN 1.234/2012 e suas alterações, ou outra norma que venha a substituí-la;

9.4.2. Não ocorrerá a retenção do imposto federal caso a contratada seja optante do Simples Nacional, ou instituição de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532 de 1997, ou, ainda, instituição de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, em relação às suas receitas próprias.

10. FORMA DE FORNECIMENTO OU MODO DE EXECUÇÃO

10.1. Os materiais serão adquiridos parceladamente, previamente às necessidades, a serem utilizados pelo Município, sob demanda, de acordo com necessidades de intervenções na rede, corretiva ou preventivamente.

11. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

11.1. O licitante vencedor deverá fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses, prazo contado a partir da entrega e aceite dos produtos/equipamentos.

11.2. O licitante vencedor é solidário quanto a garantia legal e contratual, sendo igualmente responsável junto com o fabricante/marca em todo e qualquer suporte técnico, assistência, manutenção, correção, reparo, substituição ou indenização de produto defeituoso que não possa ser reparado.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, devendo o objeto desta licitação ser fornecido/prestado em sua integralidade pelo vencedor do processo.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas relativas a aquisição dos bens correrão pela Dotação Orçamentária:

DOTAÇÃO: 282, 273, 111, 416

SUBELEMENTO: 3017 - Material de processamento de dados.

METAFÍSICA:

Dotação	Ação	Meta física
282	2054	60 - Manutenção da
273	2052	60 - Manutenção da
111	2023	86 - Aluno Atendido
416	2071	60 - Manutenção da

Pinhalzinho, SC, 01 de fevereiro de 2024.

Anderson Roberto Hollas
Responsável pela elaboração do Termo de Referência e Fiscal do Contrato

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024 - PMP

ANEXO "B"

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

Razão Social:

CNPJ:

Endereço completo:

Contatos: (contendo nome, setor, telefone, whatsapp e e-mail)

DECLARAMOS que ficará a cargo do Sr(a). _____,
(nome, CPF, qualificação), a assinatura da ata/contrato que advir deste processo.

DECLARAMOS, para os devidos fins que, o **endereço eletrônico** _____ (email) é o endereço da empresa e destinado ao recebimento de informações devidas do **Procedimento Licitatório nº 013/2024 - PMP, Pregão Eletrônico nº 007/2024 - PMP**, e, ainda, que estamos cientes que as informações para assinatura da Ata/contrato serão enviadas via email, sendo de nossa exclusiva responsabilidade, caso se consagre vencedora, providenciar seu cadastramento junto ao Portal do Cidadão do Município de Pinhalzinho/SC, pelo site <https://pinhalzinho.atende.net/>, para realizar a assinatura do documento dentro do prazo legal.

DECLARAMOS ainda que se houver alterações nos contatos os mesmos serão informados para os e-mails: licitacao@pinhalzinho.sc.gov.br e licitacao01@pinhalzinho.sc.gov.br.

DECLARAMOS, sob as penas da Lei, que atende ao inciso I, do artigo 63, da Lei nº 14.133, de 2021, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

DECLARAMOS, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do § 4º, do artigo 91 da Lei nº 14.133/2021, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

_____, em ____ de _____ 2024.

(nome e assinatura do responsável
legal) (nº RG)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024 - PMP

ANEXO "C"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFRAESTRUTURA PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE FIBRA OPTICA QUE COMPÕE O PROJETO INFOVIA PINHALENSE, DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO "A" DO EDITAL.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

O **MUNICÍPIO DE PINHALZINHO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 83.021.857/0001-15, com sede administrativa na Av. São Paulo, nº 1615, Centro, Pinhalzinho, SC, neste ato representado pelo Prefeito, **Sr. Mario Afonso Woitexem**, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** do fornecedor _____, inscrito no CNPJ nº _____, com sede na _____, aqui representada pelo (a) Sr(a). _____, vencedor do certame licitatório referente ao **Pregão Eletrônico nº. 007/2024**, para eventual aquisição do objeto do presente termo, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, suas respectivas alterações e legislação aplicável, em conformidade com os itens, quantidades e especificações a seguir:

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1				
2				
3				
VALOR TOTAL: R\$				

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá **validade de 01 (um) ano**, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o Município de Pinhalzinho não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 - Da Ata de Registro de Preços pode originar-se contratos, onde manter-se-á as mesmas cláusulas e condições da ata, respeitando o prazo de vigência e prorrogação total disposto na Lei nº 14.133/2021.

2.4 – Os eventuais contratos assinados durante a validade da ata de registro de preços e dela decorrentes, observarão os prazos de vigência e de prorrogação, se couber, estabelecidos na correspondente minuta integrante do presente Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REVISÃO E CANCELAMENTO

3.1 - A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

3.2 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

3.3 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.4 - O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

3.5 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.5.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

3.5.2 - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

3.6 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.7 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 9.3 do Edital;
- b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA E PRAZO DE ENTREGA

4.1 - O fornecimento dos serviços relacionados no **ANEXO "A"** deste edital deverão ser **efetuados em até 30 (trinta) dias consecutivos** da data do recebimento da solicitação, no endereço indicado na ordem de serviço/empenho, através de pedido encaminhado pelo Setor solicitante, acompanhado da respectiva **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**.

4.1.1 – A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá fornecer **obrigatoriamente** NOTA ELETRÔNICA, **não sendo aceito** CUPOM FISCAL, de acordo com o Decreto Estadual 413 de 03/08/2011 anexo 11 Artigo 23-A.

4.2 - Imediatamente após a entrega dos produtos, objeto desta Licitação, **os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Fiscal de contrato Sr. Anderson Roberto Hollas**. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, **os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades**.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - Caberá à CONTRATANTE:

- a) Emitir a Autorização de Fornecimento/Empenho, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA;
- b) Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo Contrato/Ata de Registro de Preços, com base nas disposições estabelecidas neste Termo de Referência, e ainda, em consonância com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- c) Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a aquisição dos itens;
- d) Atestar as notas fiscais correspondentes à entrega dos materiais/serviços, por intermédio dos fiscais de contrato;
- e) Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA, o pagamento, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos;
- f) Notificar o Fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais;
- g) Supervisionar e fiscalizar a entrega dos materiais/equipamentos, através de servidor designado;
- h) Analisar se os materiais e equipamentos atendem às especificações técnicas solicitadas;
- i) Comunicar formalmente falhas ou irregularidades, solicitando substituição, reparo ou correção;
- j) Gerenciar os ativos da rede, testar comunicação, efetivar e homologar os produtos recebidos.

5.2 - Caberá à CONTRATADA:

- a) Tomar todas as providências necessárias à entrega dos produtos homologados e contratados deste Termo de Referência, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento do objeto licitado;
- b) Manter, durante o período de vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, todas as condições e qualificações exigidas na licitação;
- c) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;
- d) Adotar medidas para a entrega dos materiais/equipamentos solicitados, observando todas as condições e especificações aprovadas pela CONTRATANTE;
- e) Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados nas solicitações, normalmente no Centro Administrativo (Prefeitura), junto ao setor de TI;
- f) Entregar os produtos solicitados no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento do empenho;
- g) Substituir os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas na Ata de Registro de Preços, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis;
- h) Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar as datas, horários e locais de entrega dos itens solicitados;
- i) Responder e responsabilizar-se por quaisquer danos causados direta ou indiretamente a bens de propriedade da CONTRATANTE ou de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregadores/profissionais por ocasião das entregas efetuadas;
- j) Encaminhar à CONTRATANTE a Nota Fiscal Eletrônica correspondente aos itens entregues;
- k) Arcar com as despesas de carga e descarga e de fretes referentes às entregas dos

produtos;

- l) Utilizar somente materiais e equipamentos homologados pela Anatel (quando aplicáveis);
- m) Responsabilizar-se e fornecer as negativas municipal, estadual, federal, trabalhista, FGTS;
- n) A Contratada operará como fornecedor e, conseqüentemente, não ensejará nenhum vínculo empregatício com o Município de Pinhalzinho, e será inteiramente responsável por todos os ônus e encargos da legislação fiscal, tributária, trabalhista e social vigentes.

6 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - A administração municipal de Pinhalzinho efetuará o pagamento do objeto desta licitação, ao (s) licitante (s) vencedor (es) **no prazo de 30 (trinta) dias** mediante apresentação das notas fiscais.

6.2 - A despesa decorrente do fornecimento do objeto desta licitação correrão às dotações informadas nas Autorizações de Fornecimento:

Dotações: 282, 273, 111, 416

Sub-elementos: 3017 - Material de processamento de dados.

6.3 - Ficará a cargo da contratante a retenção do Imposto de Renda incidente sobre o fornecimento de bens, prestação de serviço ou obras que advirem deste processo, sendo assim, a retenção respeitará o disposto no Decreto Municipal nº 158/2023, e o procedimento aplicável ao Imposto de Renda Retido na Fonte da IN RFB nº 1.234/2012.

a) A alíquota aplicável observará o Anexo I – Tabela de Retenção da IN 1.234/2012 e suas alterações, ou outra norma que venha a substituí-la;

b) Não ocorrerá a retenção do imposto federal caso a contratada seja optante do Simples Nacional, ou instituição de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532 de 1997, ou, ainda, instituição de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, em relação às suas receitas próprias;

6.3 - DOS PREÇOS DO REAJUSTAMENTO E DA PRORROGAÇÃO

6.3.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, de acordo com o disposto no **inciso “I” do art. 133 da Lei nº 14.133/2021**.

6.3.2 - Somente serão concedidos reajustamento dos valores decorridos 12 meses da assinatura do contrato, com base no **Índice oficial do município**, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, nos termos da legislação vigente.

6.3.3 - Preferencialmente que o pedido de reajuste seja feito pela empresa;

6.3.4 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a administração municipal convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - Pelo atraso injustificado na entrega dos produtos, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeitam-se as detentoras às penalidades previstas nos artigos 162 da Lei nº 14.133/2021, na seguinte conformidade:

7.1.2 - multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 30% (trinta por cento).

7.1.3 - pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 3º do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

7.2 - As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA– DO SIGILO E DA PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018

8.1 - A CONTRANTE / CONTRATADA, além de guardarem sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, se comprometem a adotar as melhores práticas para respeitar a legislação vigente e/ou que venha entrar em vigor sobre proteção de dados, sendo certo que se adaptará, inclusive, à Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

8.2 - A CONTRANTE e CONTRATADA se obrigam ao dever de confidencialidade e sigilo relativamente a toda a informação e/ou dados pessoais a que tenha acesso por virtude ou em consequência das relações profissionais, devendo assegurar-se de que os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas funções, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais tratados.

8.3 - As partes se obrigam a realizar o tratamento de dados pessoais sensíveis ou não de acordo com as disposições legais vigentes, bem como nos moldes da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis, utilizando-os de tais dados tão somente para os fins necessários à consecução do objeto deste Contrato, ou nos limites do consentimento expressamente manifestado por escrito por seus respectivos titulares.

8.4 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA se responsabilizam, única e exclusivamente, acerca da utilização dos dados obtidos por meio do presente contrato, sendo terminantemente vedada a utilização de tais informações para fins diversos daqueles relativos ao objeto do contrato, bem como outros fins ilícitos, ou que, de qualquer forma, atendem contra a moral e os bons costumes.

8.5 - O município de Pinhalzinho não será, em qualquer hipótese, responsabilizado pelo uso indevido por parte da CONTRATADA e/ou terceiros, com relação a dados armazenados em seus softwares e bancos de dados.

8.6 - A CONTRATANTE não poderá utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que tenha acesso para fins distintos do seu fornecimento/prestação de serviços ao município de pinhalzinho, não podendo, nomeadamente, transmiti-los a terceiros.

8.7 - O município de Pinhalzinho não irá compartilhar nenhum dado das pessoas naturais, salvo as hipóteses expressas da lei nº 13.709/2018, que permitem o compartilhamento sem consentimento do titular.

8.8 - O dever de sigilo e de confidencialidade e as restantes obrigações previstas na presente cláusula deverão permanecer em vigor mesmo após o término de vigência do presente contrato.

8.9 - Eventuais violações externas que atinjam o sistema de proteção do município de Pinhalzinho, serão comunicadas aos titulares, bem como a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

8.10 - Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

8.10.1- Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

8.10.2 - Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

8.10.3 - Transferência à terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos nesta Lei; ou

8.10.4 - Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

CLÁUSULA NONA – DADOS BANCÁRIOS

9.1 – Todas as notas emitidas pela empresa deverão possuir em seu corpo o Banco, agência e conta corrente para pagamento, vincula ao CNPJ do contratado.

9.2 – Eventual alteração destes dados devem ser informados ao fiscal do contrato com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1 - É vedado efetuar acréscimo nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

10.2 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Eletrônico nº 007/2024 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.

10.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Pinhalzinho - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

10.4 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 14.133/2021, e demais normas aplicáveis.

Pinhalzinho, SC ____ de ____ de 2024.

**MÁRIO AFONSO WOITEXEM
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE**

**REPRESENTANTE LEGAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
CONTRATADA**

**ANDERSON ROBERTO HOLLAS
FISCAL DE CONTRATO**

VISTO E APROVADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA